

# **O PROCESSO DE TRABALHO PEDAGÓGICO NO MST: CONTRADIÇÕES E SUPERAÇÕES NO CAMPO DA CULTURA CORPORAL<sup>1</sup>**

**Nair Casagrande (UFPE)<sup>2</sup>**

A sociedade moderna teve sua consolidação a partir das modificações estruturais ocorridas em seu modo de produção que se apresentou, com o passar dos anos, cada vez mais fragmentado, alienando o sujeito que antes dominava o processo de produção.

Esta lógica, dialeticamente, fez-se presente na constituição de todas as esferas sociais e, dentre estas, na educação. Esta última, que se expressa formalmente na sociedade através da instituição escolar, tem se apresentado reprodutora da hegemonia do modo de produção capitalista onde o processo de trabalho pedagógico toma o conhecimento de forma fragmentada e reprodutivista.

Desta forma, no presente texto abordaremos, inicialmente, a discussão sobre nossa compreensão da educação enquanto práxis social para, em seguida, analisarmos a inserção do MST a partir desta perspectiva.

No terceiro momento, ao percebermos este Movimento Social enquanto um espaço de produção do conhecimento e formação humana para o qual questão educacional se coloca de igual importância com as demais esferas no caminho para a transformação social., apontamos nossas reflexões acerca do trato com o conhecimento no interior do mesmo a partir do que nos demonstra a realidade.

Para o fechamento desta reflexão, discutimos acerca das indicações na direção da construção do projeto histórico socialista.

## **A Educação Enquanto Práxis Social**

A educação lida, fundamentalmente, com o conhecimento que é produzido e apropriado nas relações humanas vitais, no processo de trabalho. É, pois, imprescindível, ao se analisar qualquer uma das dimensões possíveis da educação, ter em conta a unidade

---

<sup>1</sup> Dissertação de Mestrado defendida na Linha de Pesquisa Relações de Trabalho e Práticas Sociais de Classe do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Orientadoras: Profª. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel e Profª. Dra. Maria de Fátima Gomes de Lucena. Apoio: CNPq.

<sup>2</sup> Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Membro Pesquisadora da Linha de Estudo e Pesquisa em Esporte e Lazer – LEPEL/UFBA.

do conhecimento humano, inserindo-o no processo de formação do indivíduo e de sua objetivação como gênero humano.

Esse indivíduo está inserido em determinadas relações sociais, onde se dá sua formação enquanto um ser genérico, que mesmo sendo construído no interior de tais relações, necessariamente não se limita a elas ou a elas se adapta. Ele se objetiva enquanto gênero humano nas atividades vitais que são atividades histórico-sociais. Tais atividades vitais se objetivam na apropriação da natureza e nas relações sociais, produzindo e reproduzindo a vida e suas condições de existência. Essa apropriação se dá pelo conhecimento, que é uma objetivação da atividade humana nas suas relações de produção da vida, e constitui-se pela unidade sujeito-objeto.

Enquanto objetivação da atividade humana, o conhecimento é uma produção coletiva, inserida criativamente na história dos povos que, em diferentes épocas e em diferentes configurações sócio-econômicas, políticas e culturais, responderam de maneira específica aos desafios colocados para a formação humana.

Para responder aos desafios historicamente colocados, buscou o homem apropriar-se dos meios que garantissem as condições de produção e reprodução de sua vida. E o fez mediatizado pelo "conhecer". Este conhecer pode ser reconhecido na história do conhecimento por suas várias formas de materialização.

Estaremos privilegiando a formação do indivíduo via relações de produção do conhecimento estabelecidas no contexto de movimentos sociais organizados em torno de reivindicações. MST – luta pela terra, reivindicação - a reforma agrária, que tem em si dois componentes essenciais – a organização da produção e a Educação em Movimento, para o Movimento.

Neste sentido, consideramos *“(...) a prática pedagógica como uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. Ou ainda, uma “(...) atividade teórico-prática, ou seja, formalmente tem um lado ideal, teórico, idealizado enquanto formula anseios onde está presente e subjetividade humana, e um lado real, material, propriamente prático, objetivo. “(...) a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a circundam. A teoria e a prática não existem isoladas, uma não existe sem a outra, mas encontram-se indissolúvel unidade. Uma depende da outra e exercem uma influência mútua, não uma depois da outra, mas uma e outra ao mesmo tempo. Quando a prioridade é colocada na teoria cai-se na posição idealista. O inverso*

*também gera distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo.”* (Veiga, 1994:16)

O levantamento foram elaborados a partir de dados empíricos observados em movimentos sociais organizados no meio rural tendo como foco de análise a escola, seu currículo e especificamente as aulas de Educação Física desenvolvidas na escola do assentamento definido para a realização do presente estudo. Nosso objeto de estudo a ser abordado é o processo de trabalho pedagógico, especificamente da cultura corporal, buscando verificar os pressupostos ideológicos e políticos que emanam deste.

Contudo, para tal análise, não podemos deixar de considerar o atual momento histórico que estamos vivendo. Na esteira de um amplo processo de reorganização estrutural do sistema produtivo agravam-se as perdas de direitos conquistados pelos trabalhadores e a substituição pelas chamadas “relações flexíveis” onde os direitos trabalhistas são o alvo da “reestruturação produtiva” que, segundo Dias (1998:45), é a forma atual da expressão da luta de classes.

Neste sentido, podemos reconhecer as repercussões de tais relações flexíveis na esfera particular das relações estabelecidas no interior de Movimentos Sociais, principalmente no âmbito da educação, aqui entendida como práxis social, mediada pela produção e socialização do conhecimento que incide em capacidades humanas e que são orientadas pela atual política educacional.

É imperiosa a busca de uma compreensão aprofundada das implicações deste processo para uma região como o complexo e contraditório Nordeste do Brasil, considerada por estudiosos como um dos “maiores bolsões de miséria do mundo”<sup>3</sup>, região que se encontra com profundas carências de políticas públicas voltadas ao fomento e incentivo à produção de conhecimentos científicos nas diversas áreas de atuação humanas. Este processo de luta pela direção na formação se dá pela via da mediação com o conhecimento (a prática pedagógica concreta) no interior das relações estabelecidas nos movimentos organizados, em seus projetos educacionais.

No bojo do que podemos chamar de processo de “reformas estruturais”, consideramos que aquelas que mais reflexos terão nas relações no interior dos Movimentos Sociais organizados, são as que dizem respeito à formação do trabalhador, através da educação. Assim, para a realização de nosso estudo, estamos privilegiando o movimento organizado no meio rural – MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais

---

<sup>3</sup> Ver a respeito os trabalhos da economista Tânia Bacelar, professora da UFPE.

sem Terra, localizado no Município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco, na região do Sertão do São Francisco.

### **O Movimento Social Organizado – MST – Espaço de Práticas Sociais e de Produção do Conhecimento**

A partir de um contexto de crise econômica vivida desde de meados da década de setenta, bem como sob o regime militar ao final desta década, retoma-se com vigor o debate sobre a questão agrária no país.

Na presença das diversas contradições sociais existentes neste período, surge no campo um movimento social que vinha expressar os interesses de uma grande parcela da população de trabalhadores rurais, o qual veio constituindo-se com grande organização nacionalmente e assumindo uma posição de destaque quanto à luta pelo acesso à terra bem como pela reforma agrária. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surge em 1979 como síntese naquele momento dos históricos conflitos pela terra existentes no Brasil.

A partir daí, o MST veio constituindo marcante presença na interlocução das questões agrárias bem como acerca dos assentamentos realizados; processo que se constituiu com diversos conflitos com as várias formas de repressão impostas pelos governos, em conjunto com as oligarquias agrárias e burguesas.

Inserindo-se neste espaço, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social de maior organização no Brasil e uma das maiores oposições ao atual governo, segundo suas normas gerais, articula-se no interior do movimento sindical. Contudo, chegando aos seus vinte anos de organização, tem buscado sua autonomia histórica, atuando independentemente de outras organizações.

Ao utilizar a estratégia da ocupação de terras como principal meio de luta por suas reivindicações, o MST é um movimento que tem adotado um posicionamento politicamente confrontacional ao poder dos grandes proprietários de terra. Assim, também busca interferir nos pactos de poder historicamente cristalizados entre burguesia industrial, a oligarquia agrária e o Estado e tem apontado como diretrizes gerais, a luta para a construção de uma nova sociedade e um novo sistema econômico.

A partir de sua organização e ação, o MST vem constituindo, dentre os movimentos sociais rurais, a maior força na interlocução da luta pela reforma agrária, direcionando politicamente o rumo da luta agrária no Brasil.

Além disto, uma das grandes novidades que este Movimento Social Organizado tem nos demonstrado é a compreensão da necessidade da educação enquanto parte de seu processo de transformação da atual sociedade e alcance de seus objetivos.

Conforme os documentos do MST, a educação é entendida enquanto um dos processos de formação a pessoa humana que está sempre ligada com um determinado projeto político e com uma concepção de mundo. Ainda, a educação é vista como *“uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores.”* (MST,1996:05).

Desta forma, o MST diferencia-se historicamente de outros Movimentos camponeses, até o momento existentes, fundamentalmente pela importância que destaca à educação, colocando-a de igual para igual com a luta pela reforma agrária e as demais reivindicações, bem como considerando-a um dos pilares para a transformação social sendo vivida tanto nos espaços formais como a escola, quanto informalmente, na dinâmica das lutas que são travadas em seu cotidiano.

Nos últimos anos da década de 90, o Movimento passou a ter marcante presença na interlocução das questões agrárias no país, bem como acerca dos assentamentos que têm sido instalados.

É importante destacar também que em seu percurso de existência, ocorreram diversos combates do Movimento com os governos na luta por suas reivindicações.

Na constante busca de reprimir as lutas sociais que atingem diretamente um dos principais elementos das relações capitalistas, a propriedade privada, os diversos governos, em conjunto com as oligarquias agrárias e burguesas, utilizaram-se de várias formas de repressão.

Estas perpassam desde a violência moral até a violência explícita onde exemplificam-se massacres ocorridos em alguns pontos do país. Quanto a estes, destacamos o de Eldorado dos Carajás, ocorrido em dezessete de abril de 1996, no Estado do Pará, com resultado de dezenove sem terra mortos. Ainda, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1999, foram assassinados 22 sem-terra, entre lideranças sindicais rurais e assentados. Até setembro de 2000, os dados da CPT registraram o assassinato de mais sete pessoas do Movimento.

Neste processo histórico, atualmente o MST tem apresentado um programa de reforma agrária condizente com suas reivindicações e os objetivos gerais da organização. Assim, neste programa destacam-se as seguintes diretrizes:

modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos interesses sociais; garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; implantar agroindústria e a industrialização no interior do país, buscando o desenvolvimento harmonioso, das regiões e garantindo geração de empregos, especialmente para a juventude; aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do Semi-Árido; desenvolver tecnologia adequada à realidade, preservando e recuperando recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto sustentável; e buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Ao dirigirmos nossos olhares aos movimentos sociais, consideramos que a

*(...) análise dos movimentos sociais refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural, relativa ao (...) processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação (Gohn, 1997:171).*

Porém, além da luta pela transformação das condições sociais existentes mais imediatas, consideramos que os movimentos sociais também visam alcançar transformações mais radicais (que vão à raiz do processo) no âmbito das relações sociais de produção, lutando pela socialização dos meios de produção e pela abolição da propriedade privada que vigora sobre os mesmos.

Inserese neste espaço, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social de maior organização no Brasil e uma das maiores oposições ao atual governo, segundo suas normas gerais. Embora articulando-se no interior do movimento sindical, ao chegar aos 20 anos de organização, tem buscado sua autonomia histórica, atuando assim, independentemente de outras organizações.

Entre as características relativas à sua forma de organização, segundo Fernandes (1998:37), o MST constituiu-se como um movimento social, autônomo, de trabalhadores rurais, congregando todos aqueles que quisessem lutar por terra, por reforma agrária e por mudanças sociais na sociedade brasileira.

Desenvolveu também a compreensão de que a luta pela reforma agrária extrapolava os limites do movimento sindical e a relação com a igreja, porém necessitava manter um caráter sindical para a realização de lutas específicas de caráter corporativo como, por exemplo, a luta por crédito.

O Movimento também caracteriza-se como político ao recuperar o entendimento de que a luta pela reforma agrária é, acima de tudo, uma luta de classes contra o latifúndio e contra o Estado que o representa.

Além de eu eixo central de luta pela conquista da terra, o Movimento também tem como diretrizes gerais, a luta para a construção de uma nova sociedade e um novo sistema econômico, tal como evidencia o seu projeto histórico.

Ainda, segundo Fernandes (1998), recuperou-se o entendimento de que a reforma agrária somente seria possível com lutas de massa, com mobilizações massivas, com ocupações, com a luta direta e com a ação das massas. Resgatou-se também a base da história da luta dos trabalhadores de que as conquistas e a correlação de forças somente se alteram a partir da participação do povo, das massas.

Outros aspectos levantados, pelo mesmo autor (op. cit.) que caracterizam o MST, dentro de seus princípios organizativos, passam pelas instâncias de poder que são desempenhadas sempre por coletivos, por comissões; pela abolição de cargos individualizados como presidentes, tesoureiros, etc..; pela adoção do princípio de divisão de tarefas para que, em todas as atividades do Movimento, participe o maior número de pessoas possível; pela descentralização administrativa, buscando ser o menos burocrático possível e pela autonomia política da decisão para cada frente que esteja mobilizada ou lutando; pela vinculação das lideranças e dirigentes, de forma permanente, com sua base social (buscando sempre a partir de pequenos grupos, realizar o processo contínuo de democratização das informações, conscientização, de deliberação de questões fundamentais referentes às lutas); e ainda, pela recuperação da disciplina como um valor, uma prática organizativa fundamental, respeitando os objetivos e as deliberações do coletivo.

Ao utilizar a estratégia da ocupação de terras como principal meio de luta por suas reivindicações, o MST tem adotado um posicionamento politicamente confrontacional ao poder dos grandes proprietários de terra. Assim, também busca interferir nos pactos de poder historicamente cristalizados entre burguesia industrial, a oligarquia agrária e o Estado.

Porém, segundo Gaiger (apud Cintra 1999), tais aspirações políticas não perpassam a base do movimento, para a qual a luta avança à medida em que esta consegue atender a demanda de suas necessidades materiais, limitando-se e envolvendo-se à cultura do meio rural após a conquista da terra e dos insumos necessários ao seu assentamento.

Neste sentido, questiona-se o poder transformador e revolucionário da reforma agrária, que se insere no interior do modo capitalista de produção; considerando-a enquanto reforma no interior do sistema.

Por outro lado, a reforma agrária massiva e redistributiva pode ser vista enquanto geradora de profundas transformações nas relações e conflitos sociais existentes ao atingir um dos eixos centrais nas relações capitalistas, que é a propriedade privada.

Ao perceber o Estado como representante dos interesses particulares de grupos dominantes, o Movimento acredita e defende a auto organização e luta dos trabalhadores para a realização da reforma agrária, sem esperar por soluções há muitos anos prometidas. Assim, nos leva a compreender que suas ações buscam se contrapor às teorias reformistas de Estado.

Ao reconhecer também o Estado como um espaço de disputas políticas, o Movimento também investe na aprovação de leis que possam facilitar a implementação da reforma agrária.

Netto (1990), considera existentes, no âmbito da ordem capitalista, premissas possíveis à democracia. Contudo, este tipo de democracia, que ele denomina de democracia-método, diante das estruturas do atual sistema econômico são compatíveis apenas com ordenamentos políticos democráticos no limite restrito.

Apesar disto, acredita que a democracia-método pode ser um dos caminhos de chegada a um processo de transição, em que

*(...) somente uma nova prática política do movimento socialista revolucionário poderá persuadi-los de que democracia e transição socialista são indissociáveis (op. cit.: 80).*

Ressaltando ainda:

*(...) requer não só a crítica profunda dos equívocos do passado, teóricos e práticos, como, ainda, a clarificação do valor da democracia na perspectiva teórico-ideológica e política derivada de Marx. (idem).*

A partir de sua organização e ação, o MST vem constituindo, dentre os movimentos sociais rurais, a maior força na interlocução da luta pela reforma agrária, direcionando politicamente o rumo da luta agrária no Brasil, bem como buscando resgatar a identidade daqueles que têm sido historicamente oprimidos em nosso país, pois:

*Muita gente quando ouve falar em Sem Terra imagina que são os trabalhadores rurais, os meeiros ou os parceiros que não têm terra. Sem terra tornou-se nome próprio. Nome de trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade. Sem Terra tornou-se sinal do resgate da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras. (MST, 2000:33).*

Assim, passamos a abordar as questões referentes ao trato com o conhecimento no interior do MST, já que o mesmo também tem evidenciado um projeto educacional transformador.

### **Produção do Conhecimento e Formação Humana – o que nos demonstra a realidade**

Com determinada reabertura político-social, a partir da década de 80, o que permite a abertura de espaços para as expressões críticas da sociedade, percebemos a expressão de um movimento crítico na área da educação. Neste percurso, diversas propostas pedagógicas críticas emergem no quadro educacional brasileiro.

Contudo, ao afirmar que “*um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para sua consecução. É concreto, está amarrado às condições existentes e, a partir delas, postula fins e meios*”; Freitas (1987:123) crítica as pedagogias críticas porque não deixam claro, em suas propostas, o projeto histórico que defendem.

Assim, um projeto histórico superador, em torno do qual deve originar-se a organização pedagógica, será um dos caminhos para a superação do modo de produção capitalista. Ou seja, uma educação transformadora não pode estar desvinculada de um projeto revolucionário de sociedade. A educação, para ter possibilidades de alavancar um dos caminhos para a superação do modo de produção capitalista, deve ser

perpassada por uma organização pedagógica que gire em torno de um projeto histórico superador.

A educação neste sentido, sendo perpassada por tal organização pedagógica, deve tratar o conhecimento em sua totalidade e universalidade, historicizado, rompendo com a visão dualista entre sujeito e objeto e retomando a dialética enquanto possibilidade do pensar.

O conteúdo, enquanto conhecimento, deve ser percebido como uma construção histórica do homem através de sua relação dialética com a natureza na busca do atendimento de suas necessidade para a manutenção da vida.

Neste percurso, a atividade prática do homem “*foi o motor da construção da sua materialidade corpórea e das habilidades que lhe permitiram transformar a natureza*” (Escobar, 1995).

Em seu processo histórico, a humanidade desenvolveu um acúmulo de conhecimentos gerais. Dentre estes, “*visualizamos hoje, resultantes da construção histórica de nossa corporeidade, um acervo de atividades expressivo-comunicativas com significados e sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, místicos, agonistas, - ou de outra ordem subjetiva – que apresentam, como traço comum, serem fins em si mesmas, serem consumidas no ato de sua produção. Entre elas, podemos citar os jogos, a ginástica, a dança, a mímica, o malabarismo, o equilibrismo, o trapezismo, e muitas e muitas outras.*” (Escobar, 1995). Tendo estas sido construídas como respostas às necessidades do homem em determinados períodos históricos.

Definindo tais atividades expressivo-comunicativas, historicamente construídas, e apontando estas como objeto da Educação Física Escolar, autores brasileiros aderem à pedagogia crítica superadora apontando que esta subjaz o projeto histórico marxista.<sup>4</sup>

Aqui, evidencia-se o papel da escola enquanto constituinte de uma realidade dinâmica, enquanto parte de uma totalidade em transformação. A escola enquanto representante formal de um projeto educacional de uma sociedade.

Assim, no interior das contradições capitalistas, emergem possibilidades de materialização de projetos educacionais que buscam orientar-se a partir de um projeto histórico de superação do atual modo e de produção e organização social.

Caracterizando estas possibilidades, levantamos os movimentos sociais, dentre os quais o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

---

<sup>4</sup> No texto referido nas notas anteriores, Ortega, baseada em Manacorda (1991), nos traz que tal projeto “deve ser considerado de modo orgânico no contexto de uma rigorosa crítica às relações sociais próprias do modo de produção capitalista”.

No interior do MST, segundo Neto (1999:39), *“A problemática educacional ganha importância à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes “cercas”: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância e que submetem os trabalhadores rurais sem terra à condição de vida degradantes na sociedade brasileira.”*

Ainda, Neto (1999) nos traz que o Movimento acredita na importância da educação enquanto uma possibilidade de transformar a sociedade através de uma revolução cultural; o que evidencia o papel estratégico da educação num processo revolucionário.

Tendo como objeto de estudo o processo de trabalho pedagógico da cultura corporal na prática pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nos apresenta um projeto educacional e histórico revolucionários, o objetivo geral do estudo foi levantar as relações e contradições entre o trato com o conhecimento no campo da cultura corporal, o trabalho pedagógico, o projeto educacional e o projeto histórico defendido pelo MST no âmbito escolar. Os dados foram coletados e sistematizados através da realização de um estudo de caso na região do Sertão do São Francisco, Estado de Pernambuco.

A partir dos dados levantados neste estudo de caso do Assentamento, podemos perceber diversas contradições no trato com o conhecimento da cultura corporal e na prática pedagógica em geral, o que tem nos apontado dificuldades no que diz respeito à materialização e a garantia de alguns dos aspectos propostos pela pedagogia do MST. Observamos que o trato com o conhecimento da Cultura Corporal, ao não permitir o auto-reconhecimento dos indivíduos envolvidos no processo de trabalho pedagógicos no produto de sua prática, não tem permitido alterações quanto ao alcance da liberdade plena dos indivíduos, ou seja, da autodeterminação, o que é premissa para a construção de uma nova sociabilidade. Neste sentido, o processo de trabalho pedagógico da cultura corporal no MST tem reforçado e reproduzido as relações capitalistas de produção.

Apesar de o Movimento trazer em si indícios de uma pedagogia que avança por se articular com a consciência política, com a luta de classes e com a organização revolucionária, encontrando-se num dinâmico processo de formação, ainda não tem conseguido garanti-la em sua totalidade.

Por outro lado, a partir de nossas análises, também já podemos vislumbrar as primeiras possibilidades que podem contribuir para a superação de tais contradições. Entre estas, levantamos a necessidade de um trabalho de conscientização radical sobre a

proposta de educação apontada a partir de um processo de capacitação e formação continuada condizente; a luta por salários dignos para os educadores dos assentamentos; a disponibilização de condições objetivas adequadas para o desenvolvimento da prática pedagógica; o acesso às novas tecnologias informacionais e tecnológicas; a inserção em organizações políticas coletivas que possam refletir a realidade imposta e; finalmente, ou o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Histórico deste Movimento se tornam claro e os professores trabalham a luz disso, ou então se tornará cada vez mais difícil a materialização de uma educação transformadora.

Ressaltamos ainda que a construção do socialismo exige uma educação baseada em três pilares: a educação política (com um projeto histórico definido e claro), a organização revolucionária e a consciência de classe. Esta última compreendida enquanto formação de uma consciência da situação de classe na história a partir de um processo dialético onde, conforme Evangelista (1997:81), o movimento da história é tornado consciente pelo conhecimento de sua situação de classe. A consciência de classe aparece enquanto uma possibilidade objetiva, ou seja, a expressão racional dos interesses históricos do proletariado.

Neste sentido ainda, conforme Lessa (1997:43), destacamos que a relação com a natureza mediada pelo trabalho é o fundamento ontológico da busca de uma vida “plena de sentido” e que, por esse aspecto, é que o trabalho impulsiona o ser social para além do próprio trabalho.

### **As Indicações na Construção da Contra-Hegemonia: O Projeto Histórico Socialista**

Ao nos debruçarmos objetivamente sobre a análise crítica das relações de produção colocadas pelo sistema capitalista, é necessário também que façamos um confronto entre este e a perspectiva socialista.

Neste sentido, visamos expor nesta perspectiva, alguns indicadores referentes ao projeto histórico socialista, enquanto uma possibilidade de superação da alienação no processo de trabalho pedagógico.

Ao discutir o dilema entre a compatibilidade do socialismo com a democracia, Tonet (1997) levanta algumas discordâncias em relação ao sentido e o caminho da superação da democracia, dentre as quais destaca a sua discordância quanto ao conceito de socialismo.

Ao criticar aqueles que consideram como elementos “substantivos” do socialismo a extinção (formal) da propriedade privada, do mercado, a planificação econômica centralizada pelo Estado e o atendimento às necessidades básicas da população, ressalta que isto tem muito pouco a ver com as formulações marxianas a respeito do socialismo; já que nos países chamados socialistas:

*Não só existiam os tais elementos “substantivos” (socialistas), mas nem sequer existiam os elementos substantivos capitalistas suficientemente desenvolvidos para permitir a instauração da democracia.*(Tonet, 1997:151).

Segundo o autor, em princípio é preciso começar por definir o que será, em suas determinações essenciais, o socialismo. Somente a partir daí é que será possível estabelecer quais as objetivações adequadas à sua produção e reprodução.

Com isto, aponta que **a categoria fundamental na definição do socialismo é a liberdade** porém, não a liberdade em geral e tampouco a liberdade expressa pela democracia e pela cidadania. Ao contrário, é a **liberdade plena** que deve ser a categoria essencial nesta definição.

Esta liberdade, define o autor:

*Significa uma forma de sociabilidade na qual é o homem, e não forças estranhadas, quem dirige – de modo consciente e planejado – o seu processo de autoconstrução social. É claro que, por força de sua natureza, este patamar é necessariamente social e universal (coletivo/global). Liberdade plena é, pois, autodeterminação.* (op. cit. p.152).

Porém, para que esta autodeterminação possa existir, ela exige quatro condições necessárias para sua consolidação, como destaca o autor: a existência de um alto grau de desenvolvimento tecnológico (possível de produzir riqueza para satisfazer as necessidades de todos), a diminuição do tempo de trabalho necessário (de forma a deixar um grande tempo livre à disposição da realização omnilateral dos indivíduos), a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado<sup>5</sup> (enquanto um ato ontológico primário) e, ainda, a substituição do valor de troca pelo valor de uso.

Com isto, Tonet reafirma que sem este patamar alcançado, o homem não será efetivamente livre, portanto, não haverá socialismo. Ao contrário, se for atingido,

<sup>5</sup> Conforme o autor, o trabalho associado transporta-nos a uma forma de trabalho que abole o trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, com todos os seus corolários. (Tonet, 1987:174).

categorias como mercado, capital e Estado, não terão mais sentido. Tampouco terão sentido propostas como a democratização do capital e do Estado, ou direitos como a cidadania e a democracia, que se tornarão obsoletas a partir da instauração de uma forma superior de liberdade. Da mesma forma, não terão mais sentido a existência de partidos políticos, o pluralismo político, a alternância no poder ou a divisão dos poderes.

A tese de Tonet, nos leva ao caminho do desenvolvimento de relações sociais que visem a desalienação na relação homem-natureza, ou seja, no trabalho enquanto a dimensão social fundante do ser social, o trabalho desalienado como um dos meios para a busca da emancipação humana.

Porém, se estas relações sociais se desenvolvem submetendo os homens a uma cotidianidade cada vez mais desumana e alienadora, onde a exploração do homem pelo homem surge como *um 'castigo' inevitável na vida de cada um – nessas circunstâncias poderemos ter a gênese e o desenvolvimento de 'ontologias fictícias' mesmo ali onde o desenvolvimento das forças produtivas e das ciências é um fato inquestionável*. (Lessa, 1997:43), o que pode jogar um papel fundamental no desenvolvimento do gênero humano.

Neste sentido, ainda Tonet (1997:173) destaca que, a emancipação humana é afirmada por Marx como o horizonte máximo da humanidade, sendo aquele que expressa e possibilita a efetiva liberdade.

Contudo, o mesmo autor nos esclarece que a emancipação humana:

*(...) Ao contrário do que muitas vezes se afirma – por ignorância ou má-fé – ela não significa o paraíso terrestre, uma sociedade perfeita, harmônica, sem problemas, plenamente feliz e, portanto, o fim da história. Ao contrário, '(...) Marx diz que, na verdade, é o começo da verdadeira história da humanidade, considerando como pré-história todo o processo até a extinção das classes sociais. Por outro lado, e também enfatiza que o comunismo, sinônimo de emancipação humana, não é um ideal a ser atingido, mas "o movimento real que supera o atual estado de coisas' (1986:52). (Tonet, 1997:174).*

O atual quadro da humanidade, estando submetido à regência do capital, por sua própria natureza promove, de um lado, um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, tornando a humanidade efetivamente universal e colocando a possibilidade de o homem compreender-se como sujeito da história e, por outro, tem como produto suas imensas desigualdades, a intensificação da exploração do homem pelo homem, a

desumanização do indivíduo, a deformação de seu desenvolvimento, o cerceamento de sua liberdade e da expressão de suas potencialidades e criatividade. É neste sentido que (...) *a superação desta forma desumana de sociabilidade é uma necessidade para que a humanidade possa ter acesso a um patamar superior de auto-realização.* (Tonet, 1997:174).

É nesta direção que este autor destaca o fundamento desta nova forma de sociabilidade. Ao contrário da sociabilidade capitalista que tem como ato fundante a compra e venda da força de trabalho, na sociedade emancipada o ato ontológico fundante do ser social deverá ser o trabalho associado, enquanto uma forma de trabalho que extingue o trabalho assalariado, a propriedade privada, o capital e todos os seus derivados, o que permitira desenvolver intensamente a riqueza humana, contudo orientada para atender a satisfação das necessidades humanas e possibilitar a diminuição do tempo e do trabalho necessário, aumentando o tempo de livre.

Assim, o capital não mais decidirá o destino dos indivíduos e da sociedade, mas sim os próprios indivíduos o farão. Esta possibilidade, segundo Tonet (op. cit.), encontra sua base precisamente no ato ontológico-primário, que é o trabalho associado.

Na sociedade emancipada, com a superação do capital, supera-se também a separação entre o privado e o público, entre o cidadão e o burguês, e ganha espaço o homem integral que, ao contrário de ver no outro ser um oponente e um competidor, vê na realização plena do outro como condição indispensável para a sua própria realização.

Contudo, como já explicitado, o caminho para esta nova sociabilidade não está definido e não depende de idéias ou teorias pré-fixadas.

*(...) O que está em jogo são as objetivações concretas. É preciso deixar claro que a participação, as relações entre representantes e representados, a autoridade, o próprio trabalho, o acesso à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, enfim, ao conjunto da riqueza humana é algo radicalmente diferente numa ordem regida pelo capital e numa ordem regida pelo trabalho emancipado.* (Tonet, 1997:176).

Deste modo buscamos desenvolver, a partir deste estudo, contribuições que possam constatar as contradições buscando apontar possibilidades de superação no sentido da transformação de uma dada realidade já que acreditamos que a teoria, para além de interpretar o mundo, precisa ter utilidade transformadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR, T. *Nordeste, nordestes*. Teoria & Debate, Porto Alegre, n. 19, p. 2-6, 1992.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre desenvolvimento mundial, 1990*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BOTTOMORE, Tom et al. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zohor, 1988.
- CALDART, R. *Educação em Movimento*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes, 1997
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- CINTRA, M. da C. *A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Serviço Social, 1999.
- DIAS, E. “*Reestruturação Produtiva*”: *Forma atual da luta de classes*. In: Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Maio, 1998, N 1, pp. 45- 52.
- ESCOBAR, M. O. *Cultura Corporal na escola: tarefas da Educação Física*. Motrivivência, Florianópolis, 07 (08), 91-100, Dez. 1995.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. 2<sup>a</sup> ed, São Paulo, Cortez, 1997,.
- FERNANDES, B. M.. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo, Peres, 1998.
- FIDALGO, F. S. & MACHADO, L. R. de S. (Orgs.). *Controle da Qualidade Total – uma nova pedagogia do capital*. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1994.
- FREITAS, L. C. de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas/SP, Papirus, 1995.
- FREITAS, L. C. de. *Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e “Didática”*. Revista Educação e Sociedade, setembro, 1987, n. 27. Cortez, São Paulo, p. 122-140.
- FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.
- GOHN, M. da G.. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1997.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LENINE. V. I. *Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa, Avante, 1982.

- LESSA, S. *Beyond capital: Estado e capital*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, no. 56, 1998, p. 135 – 151.
- LESSA, S. *A ontologia de Lukács*. Maceió, EDUFAL, 1997.
- MATTOSO, Jorge. *O Brasil Desempregado*. 2<sup>a</sup> ed, São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1995,
- MARTINS, C. E. *Da Globalização da Economia à Questão da Democracia*. In:
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1999, 11<sup>a</sup> ed.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo, Nova Cultural, vol. I, 1988.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Princípios da Educação no MST – Cadernos de Educação no. 08*. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 1996.
- NETTO, J. P. *Notas Sobre democracia e transição socialista*. In: Democracia e transição socialista. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 69-106.
- NETO, L. B. *Sem Terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento do Trabalhadores Rurais. Campinas, Autores Associados, 1999.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SOBRAL, F. A. A da F. *A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica: uma discussão no capitalismo dependente*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n. 156, p. 287-305, maio/ago. 1986.
- TONET, I. *Democracia ou Liberdade?* Alagoas, Edufal, 1997.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A prática pedagógica do professor de didática*. São Paulo, Papirus, 3<sup>a</sup> ed., 1994.